DIREITO PÚBLICO Origem: MACAE 2 VARA CIVEL Ação: [0004786-18.2011.8.19.0028](#) Protocolo: 3204/2017.00320741 - AGTE: JOSEMAR LOPES FALCÃO ADVOGADO: MARCIA LEAL PARREIRAS OAB/RJ-001261B AGDO: MUNICIPIO DE MACAÉ PROC.MUNIC.: RONALDO BATISTA DA SILVA **Relator: DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES** Ementa: AGRAVO INTERNO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. MISERABILIDADE COMPROVADA. AUTOR QUE PERCEBE RENDIMENTO MÓDICOS E NÃO AMEALHOU PATRIMÔNIO EXPRESSIVO. DEFERIMENTO DO BENEPLÁCITO QUE SE IMPÕE. PROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES, DES. FABIO DUTRA e DES. SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES.

073. APELAÇÃO 0187889-07.2014.8.19.0001 Assunto: Liminar / Medida Cautelar / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL CARTORIO ELETRONICO DA 12 VARA FAZ PUBLICA Ação: [0187889-07.2014.8.19.0001](#) Protocolo: 3204/2017.00293754 - APELANTE: SIANO & REGO CONSULTORIA DE GESTAO DE EMPRESAS E PESSOAS LTDA ADVOGADO: DEBORAH BARRETO MENDES OAB/RJ-068506 ADVOGADO: SIMONE VOLOCH MAJZELS OAB/RJ-088925 APELADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO PROC.MUNIC.: ROGERIO LEITE LOBO **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Funciona: Ministério Público Ementa: Processo Cautelar. Parte autora que não comprovou o ajuizamento da Ação principal no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida, na forma do artigo 806 do Código de Processo Civil de 1973, atual artigo 308 do Novel Diploma. Desprovemento da Apelação. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES e DES. FABIO DUTRA.

074. APELAÇÃO 0015517-94.2015.8.19.0008 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: BELFORD ROXO 3 VARA CIVEL Ação: [0015517-94.2015.8.19.0008](#) Protocolo: 3204/2017.00700667 - APE: MUNICIPIO DE BELFORD ROXO PROC.MUNIC.: Rosilane Torres do Nascimento APDO: PAULO CESAR FRANCISCO DE OLIVEIRA REP/P/S/FILHA IZABELA FRANÇA DE OLIVEIRA ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/TJ-000002 INTERESSADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES** Funciona: Defensoria Pública Ementa: DIREITO À SAÚDE. OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO EM FORNECER INTERNAÇÃO HOSPITALAR NECESSÁRIA AO TRATAMENTO DA DOENÇA QUE ACOMETE O AUTOR - CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. SOLIDARIEDADE ENTRE OS RÉUS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DEVEM SER PAGOS PELO MUNICÍPIO NO PERCENTUAL DE 50%, ASSIM COMO A TAXA JUDICIÁRIA. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES, DES. FABIO DUTRA e DES. SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES.

075. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0003385-58.2017.8.19.0000 Assunto: Planos de Saúde / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 44 VARA CIVEL Ação: [0270542-95.2016.8.19.0001](#) Protocolo: 3204/2017.00035878 - AGTE: UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO ADVOGADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB/MG-109730 AGDO: MARILIA SOARES BERNARDINO ADVOGADO: MARIA CRISTINA DE CAIADO CASTRO OAB/RJ-081731 **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Ementa: Plano de saúde - Tutela Provisória de Urgência - Deferimento - Decisão agravada que determinou a manutenção da parcela do plano de saúde pelas regras do plano anterior, bem como a suspensão da cobrança das despesas atinentes à consulta médica realizada pela autora em 11/07/2016. Alegação da recorrente no sentido de que a decisão agravada seria extra petita, que deve ser afastada - Artigo 297 do Código de Processo Civil que autoriza ao Magistrado a adotar as medidas que se fizerem necessárias a efetivação da tutela provisória. Princípio da fungibilidade da tutela provisória. Os documentos colacionados à peça exordial demonstram a verossimilhança das alegações autorais - Ausente a plausibilidade do direito alegado pelo agravante - Preenchidos os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, deve ser mantido o decisum que deferiu a tutela de urgência - Desprovemento do Agravo de Instrumento. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES e DES. FABIO DUTRA.

076. APELAÇÃO 0037495-85.2010.8.19.0014 Assunto: Hora Extra / Contribuições Previdenciárias / Contribuições / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES 2 VARA CIVEL Ação: [0037495-85.2010.8.19.0014](#) Protocolo: 3204/2017.00199148 - APE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES PROC.MUNIC.: LUCIANA DE FATIMA LEOBACK GIMENES DE ARAUJO APDO: EDINA GONÇALVES DA SILVA ADVOGADO: FABRICIO PESSANHA RANGEL OAB/RJ-164393 ADVOGADO: MARCOS ANDRE MARTINS BARBOSA OAB/RJ-154723 **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Funciona: Ministério Público Ementa: Ação Indenizatória. Auxiliar de Vigilância na Guarda Civil do Município de Campos dos Goytacazes que requer o pagamento de verbas salariais a título de "adicional de risco de vida", desde a data em que foi nomeada para o cargo. Pretensão recursal da parte ré com a finalidade de reformar a Sentença em itens que já foram deferidos na forma pleiteada pelo recorrente, como o divisor de horas a partir de maio de 2004 e o percentual da hora extra noturna, fixado em 75%. Na hipótese, a Lei Municipal nº 8.197/2010 atribui à categoria do apelante as funções de auxílio e apoio externo à Guarda Municipal. Por sua vez, a Lei nº 8408/2013 instituiu o Adicional de Risco de Vida para a mesma categoria, no percentual de 20% sobre o salário base, em razão das novas atribuições do cargo. Apelo provido no tocante aos juros moratórios, para que incidam desde a citação, em percentual com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09. A correção monetária, por sua vez, incide a partir do vencimento de cada parcela, aplicando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança; a partir de 25/03/2015, (ante a modulação dos efeitos) aplica-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Sentença parcialmente reformada. Parcial provimento ao recurso de Apelação. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE, DES. CUSTODIO DE BARROS TOSTES e DES. FABIO DUTRA.

077. APELAÇÃO 0252047-03.2016.8.19.0001 Assunto: Exame de Saúde e/ou Aptidão Física / Concurso Público / Edital / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 14 VARA FAZ PUBLICA Ação: [0252047-03.2016.8.19.0001](#) Protocolo: 3204/2017.00202838 - APELANTE: SANDRO EMILIO RIBEIRO ADVOGADO: RENE GONÇALVES DA ROCHA OAB/RJ-107386 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: JANAINA MARIA LOPA VALLADO **Relator: DES. CAMILO RIBEIRO RULIERE** Funciona: Ministério Público Ementa: Ação de Obrigação de Fazer - Reprovação no Concurso Público de Admissão ao Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Preliminar de nulidade